



Universidade de Brasília

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciências da Informação e Documentação.

JOSÉ RIBEIRO GONÇALVES

Orçamento Participativo: a importância da participação social.

Goianésia-GO

Abril / 2019

Universidade de Brasília

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciências da Informação e Documentação.

Orçamento Participativo: a importância da participação social.

Projeto apresentado ao Departamento de Administração como requisito parcial à obtenção do título de especialização em Administração pública municipal.

Professor Orientador: Dr. Edmilson Soares Campos.

Goianésia-GO

Abril / 2019

FICHA CATALÓGRAFICA

GONÇALVES, José Ribeiro.

Orçamento Participativo: a importância da participação social.
/José Ribeiro Gonçalves, Goianésia: Universidade de Brasília,
Orientador: Prof. Dr. Edmilson Soares Campos 2019. 37 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – Especialização em Gestão
Pública Municipal – Goianésia-Goiás, Universidade de Brasília, 2019.

Bibliografia.

1. Orçamento. 2. Participação. 3. Organização Social.

Universidade de Brasília – UnB

Reitora:

Prof^a. Dr^a. Márcia Abrahão Moura

Vice-Reitor:

Prof. Dr. Enrique Huelva

Decana de Pós-Graduação:

Prof^a. Dr^a. Helena Eri Shimizu

**Diretor da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão
Pública:**

Prof. Dr. Eduardo Tadeu Vieira

Chefe do Departamento de Administração:

Prof. Dr. José Márcio Carvalho

Coordenadora do curso de Especialização em Gestão Pública Municipal

Profa. Dr^a. Fátima de Souza Freire

Universidade de Brasília

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciências da Informação e Documentação.

Orçamento Participativo: a importância da participação social.

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão do Curso de especialização em Gestão Pública Municipal da Universidade de Brasília do aluno:

JOSÉ RIBEIRO GONÇALVES

Dr. Edmilson Soares Campos.
Professor-Orientador

Ms. Atila Rabelo Camara
Professor-Examinador

Dr. Edmilson Soares Campos
Professor-Examinador

Goianésia, 27 de Abril de 2019.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho em primeiro lugar a Deus, que é nosso Pai, amigo, fonte de amor, fé e inspiração, e que contribui para realizarmos todos os nossos sonhos. E aos meus familiares e amigos que estiveram ao meu lado durante essa trajetória tão importante de minha vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço às todas as pessoas que ajudaram a fazer este trabalho, e todas aquelas que fazem parte de minha vida. Também em especial agradeço ao Professor orientador: Dr. Edmilson Soares Campos, e a todos aqueles que de alguma forma colaboraram para realização deste projeto.

EPÍGRAFE

“Sempre antes de realizar um sonho, a alma do mundo resolve testar tudo aquilo que foi aprendido durante a caminhada. Ela faz isto não porque seja má, mas para que possamos, junto com o nosso sonho, conquistar também as lições que aprendemos seguindo em direção a ele. É o momento em que a maior parte das pessoas desiste. É o que chamamos, em linguagem do deserto de morrer de sede quando as tamareiras já aparecem no horizonte”.

Paulo Coelho.

RESUMO

A temática sobre o orçamento participativo passa a ser o instrumento democrático que permite aos cidadãos participarem do processo de organização social, permitindo às prefeituras estabelecerem limites e critérios para compartilhar o poder de decisão com os moradores das diversas regiões de um município. O presente estudo permite ver um ensaio de revisão teórica, englobando pontos como o orçamento tradicional, plano plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, orçamento participativo e democracia. Dessa forma para que haja sucesso em sua elaboração, execução e controle do orçamento participativo, é necessária a conscientização da população sobre a importância da participação social efetiva, de modo livre e universal nas assembleias e fóruns de discussão para a tomada de decisão orçamentária. Ao atuar efetivamente no orçamento participativo, o cidadão deixa de ser um mero coadjuvante para ser protagonista e tomador de decisões sobre os recursos/investimentos públicos. A efetiva realização e implementação do orçamento participativo podem ser visualizadas como um fortalecimento da democracia na gestão municipal. A Constituição Federal ela tem três elementos base: o Plano Plurianual; a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária anual que vão estabelecer de fato o orçamento participativo no processo de organização das prefeituras de uma maneira geral. O Estado, para desenvolver suas atividades e atingir a satisfação do interesse público, necessita cada vez mais de recursos, principalmente aqueles de natureza financeira. As demandas da sociedade, sempre crescentes, são influenciadas pelas transformações sociais, econômicas e tecnológicas e, também, pelo estabelecimento do Estado Democrático, que vem possibilitando aos cidadãos reivindicar a satisfação do interesse coletivo.

1. Orçamento

2. Participação

3. Organização Social

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
1.1	Contextualização do Assunto.....	10
1.2	Formulação do problema	12
1.3	Objetivo Geral.....	13
1.4	Objetivos Específicos	13
1.5	Justificativa	13
1.6	Métodos e Técnicas de Pesquisa:	14
1.7	Estrutura e Organização da Monografia	14
2	REFERENCIAL TEÓRICO	16
2.1.1	<i>Brasil uma nova visão Democrática.....</i>	20
2.1.2	<i>Histórico.....</i>	22
3	MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA.....	29
3.1	Tipo e descrição geral da pesquisa	30
3.2	Caracterização dos instrumentos de pesquisa	30
3.3	Procedimentos de coleta e de análise de dados	30
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	31
5	CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	34
6	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	35

1 INTRODUÇÃO

O tema do presente estudo relata informações quantitativas, sobre a questão e avaliação do nível de interesse e a aplicação da transparência no orçamento participativo, referente às suas práticas nos municípios. Pretendeu-se através de pesquisas desenvolvidas sobre a questão do orçamento participativo, a importância da participação social, obtendo informações para o desenvolvimento da fundamentação teórica.

1.1 Contextualização do Assunto

Esse trabalho tem por objetivo fomentar sobre a participação do orçamento participativo dentro dos municípios, estabelecendo critérios para a importância da democratização entre população e município e prefeitura. Estabelecendo práticas que vão possibilitar o processo de redemocratização brasileira, que mudou ao longo do tempo em termos de administração pública, assim como em todos os setores de atividade.

A transparência é o principal é um dos quesitos mais exigidos pelo povo, (população) os governantes em todos os níveis, entende-se por transparência, o princípio pelo qual se exige que a administração pública preste conta de seus atos através dos meios de comunicação ativa, levando ao conhecimento do público aquilo que é realizado de fato dentro dos municípios, estados e federação.

O orçamento público, ele vai ser compreendido pelo cálculo e previsão das receitas e despesas de um determinado governo, para o exercício financeiro, também sofreu transformações decorrentes as das situações democráticas, em que o cidadão tem seus direitos assegurados através da Constituição, assim também equivale aos seus deveres.

Quando falamos em de orçamento público, há um método inovador na gestão de recursos municipais, que é o Orçamento Participativo, relacionando-se com as técnicas conhecidas de gestão financeira pública e sendo compatível com a democracia representativa, devido ao fato de conduzir a discussões para a tomada de decisões a respeito da destinação dos recursos públicos.

De um lado, estão os tradicionais e envelhecidos argumentos da teoria democrática, que defendem a necessidade de complementar as instituições de democracia representativa com as de democracia participativa, ou seja, ressaltam-se o valor e a importância de integrar os dois tipos de instituição. Para isso, formulam-se

argumentos novos e retomam-se outros já conhecidos, na linha dos clássicos do pensamento político moderno, como Rousseau, Locke, Hobbes, Federalistas e Tocquville. De outro lado, estão os representantes do pensamento marxista, a começar pelo próprio Marx (principalmente o jovem), que ajudam a repensar a noção de democracia participativa Sánchez (2002 p. 9-10).

As modificações vêm acontecendo de uma maneira geral na administração pública brasileira, se inicia com o processo de redemocratização política, quando o governo militar começa a transferir o poder para o povo, com os protestos de “*Diretas Já*” que exigia eleições diretas para presidente da República e para todos os demais cargos eletivos. A partir daí novos rumos para a história do Brasil vem sendo concretizada e modelada no campo da Administração pública.

Segundo Sánchez (2002) nos dias atuais, a democracia participativa deu um novo entusiasmo à vida política, por diversas razões. Essas razões são até certo ponto díspares e levam a comunidade intelectual e as lideranças políticas de distintos matizes a valorizar o debate sobre participação e democracia.

OP de tem como garantia aproximação e o diálogo dos munícipes com os representantes da prefeitura. Dentro do órgão público os participantes têm a liberdade de exporem suas demandas, ouvir alguns esclarecimentos do Poder Executivo sobre as falhas na administração local e, também, sobre a prestação de contas referentes ao município. E têm o direito, através de votação, de decidirem a direção correta dos investimentos municipais em recursos materiais escolherem e elegerem seus devidos representantes.

O OP caracteriza-se por instituir arenas decisórias onde os indivíduos possam participar do processo orçamentário, tenha ele ou não experiência organizativa, é um processo de participação universal. Nas assembleias do OP a equipe da prefeitura disponibiliza aos munícipes informações referentes às verbas destinadas ao OP para investimento em obras e serviços, critérios técnicos e gerais para a efetivação da demanda e a prestação de contas, momento em que o prefeito se expõe a crítica dos participantes a respeito do que foi, não foi ou será executado pelo OP.

Aos municípios fica a responsabilidade de explorarem suas demandas e votarem as quais querem prioridade para investimento, nas assembleias também se elegem representantes locais (delegados e conselheiros) que farão o diálogo com a prefeitura para a implementação de obras.

O objetivo do governo municipal ao programar o sistema político que disponibilize aos cidadãos participantes informações técnicas e necessárias a respeito do processo orçamentário e abrir espaço público para um debate sobre a distribuição de recursos.

Repromover uma administração das finanças municipais baseada em uma gestão transparente, e garantir aos municípios o encaminhamento de demandas e juntos supervisionarem a execução das mesmas incluídas pelo OP no Plano de Investimento Municipal.

1.2 Formulação do problema

Sem levar em consideração os aspectos da “paternalidade” do orçamento participativo, que denota interesses exclusivamente políticos, buscando dividendos eleitorais, a participação da sociedade em processos transparentes da gestão de recursos públicos é sempre algo a ser bem considerado.

A própria dinâmica do Orçamento Participativo é dotada de grande potencial educativo, significando ganhos em várias dimensões da cidadania. Tal como concebido, o processo através da qual é elaborado permite que, a partir das demandas particularistas e através de um processo de filtragem e de negociações sucessivas, sejam discutidas questões mais amplas da cidade. Permite, ainda, a implementação de políticas redistributivas e compensatórias de solidariedade ante os mais necessitados que se diferenciam das tradicionais. (AZEVEDO e MARES GUIA, 2005, p. 34).

O orçamento, transparente e com a participação da sociedade, pode ser definido como um instrumento democrático, uma expressão da democracia. Nesse sentido, é preciso que a capacidade política e jurídica daqueles que tomam decisões sobre os recursos públicos têm que ter representatividade.

“... o sistema de relações e regras objetivas construídas pelo Orçamento Participativo indica uma dificuldade maior para a existência de troca de favores ou barganha política como estratégia de acesso aos recursos públicos e método de controle social” (FEDOZZI, 2001 p.151).

Trata-se, estruturalmente, de uma nova ideia sobre o modo de governar de um governo legitimado pelo voto e pela boa técnica. Uma forma de buscar soluções mais próximas dos anseios populares, destinando os recursos a partir das demandas sugeridas pela população. Entretanto, em termos técnicos, há diferenças entre o Orçamento Participativo e o orçamento tradicional, como explica Pires (2001, p. 36):

O Orçamento Participativo não implica no abandono das metodologias do Orçamento Programa ou do Orçamento Democrático. Ele só não é compatível com o Orçamento Tradicional. Para adotar o Orçamento Participativo há necessidade de que sejam utilizadas as

técnicas do Orçamento-Programa, a fim de que as linguagens dos fins acoplados a meios, configurando planos viáveis, sirvam de base para decisões e avaliações. Também não há motivo para abandonar a contribuição que o Orçamento Democrático oferece, de permitir maior participação do Legislativo sobre as decisões que envolvem definição de fontes e usos de recursos. Representantes do Legislativo e comunidade e setores organizados devem interagir no processo.

1.3 Objetivo Geral

Compreender as formas participativas na aplicação da transparência no orçamento participativo, referente às suas práticas nos município, e buscando a forma democrática.

1.4 Objetivos Específicos

1 - Orientar as ações do poder público visando compatibilizar os interesses coletivos e garantir de forma mais justa os benefícios de urbanização, crescimento das cidades e garantir os princípios da reforma urbana. O pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade bem como o bem estar de seus habitantes.

2 – Analisar os problemas com a falta de planejamento urbano a ser atacados num plano diretor verificar se suas prioridades são uma questão política e não técnica.

1.5 Justificativa

As cidades, Estados, e países que não tiveram planejamento urbano tudo em volta são afetados as pessoas, a saúde, o saneamento e inclusive a natureza, rios, lagos e oceanos, com população desenfreada, desorganizada, poluição, poluição sonora, lixo tóxico entre outros, causando uma grande devastação e em alguns países até mesmo alagamento, chuvas com ventos fortes e até mesmo furacão causando grande destruição.

Antes de tudo, é preciso compreender o significado de orçamento público. Explica-se orçamento sob diversos sentidos, desde orçamento de um indivíduo, orçamento doméstico, do setor privado, de uma entidade ou até de governos. O que se focaliza aqui é o orçamento público, aquele que, segundo Pires (2001, p. 5) é aquele:

[...] que se faz no campo das Finanças Públicas, ramo da Ciência Econômica que “Trata da despesa e da renda dos poderes públicos, bem como da coordenação entre ambas...”. Trata-se, então, do orçamento público, que se define como sendo “a previsão das quantias monetárias que, num período determinado, devem entrar e sair dos cofres públicos”, o “conjunto das contas que descrevem todos os recursos e todos os encargos do Estado para um dado período” ou, ainda, o “ato pelo qual são previstas e autorizadas às receitas e as despesas do Estado para um determinado período”.

Considera-se o Orçamento Participativo como impulsionador de um municipalismo focalizado na busca da eficiência, transparência e efetividade das políticas públicas. Evidencia-se a importância da gestão pública participativa no percurso para um novo municipalismo que contribua para a consolidação da democracia e para com a construção de condições de vida e de trabalho mais dignas nos municípios brasileiros a partir da intervenção pública com qualidade.

1.6 Métodos e Técnicas de Pesquisa:

Esta pesquisa está sendo desenvolvida por revisões bibliográficas de diversos autores dentre eles. PIRES (2001); SÁNCHEZ (2002). FONSECA (2009).

1.7 Estrutura e Organização da Monografia

O capítulo 01 vem falar sobre o contexto histórico inserido no Brasil para a implantação de uma mudança na Constituição, trazendo benefício ao campo da representação participativa nos municípios. Será mencionado também um breve histórico sobre o Orçamento Participativo.

No segundo capítulo introduziremos também Orçamento Participativo dentro dos municípios. Já no terceiro capítulo, a proposta de Orçamento Participativo para a melhoria da

gestão dos governantes. Finalizaremos com a conclusão sucinta, dentre os relatos e análises feitos através dessa pesquisa.

O capítulo 01 vem mencionando com alguns subcapítulos percorridos por variados temas descritivos, sendo: 1.1 – contextualização do assunto, 1.2 – formulação do problema, 1.3 – objetivo geral, 1.4 – objetivos específicos, 1.5 – justificativa, 1.6 – métodos e técnicas de pesquisa, 1.7 – estrutura e organização da monografia. 2-Referencial teórico.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A palavra mitologia é formada por “methodo”, que por sua vez é derivada do grego, que significa caminho, e “logia” que significa estudo. Dessa forma, metodologia expressa o estudo dos caminhos a serem seguidos para se fazer ciência.

No presente caso, método é a ordenação de um conjunto de etapas a serem cumpridas durante o estudo de uma determinada ciência na busca de uma verdade, almejando chegar a um fim determinado.

Sendo assim, o método a ser utilizado na elaboração da monografia será o de compilação ou o bibliográfico, que consiste na exposição do pensamento de vários autores que escreveram sobre o tema escolhido. Desenvolver-se-á uma pesquisa bibliográfica, utilizando-se como apoio e base contribuições de diversos autores sobre o assunto em questão, por meio de consulta a livros periódicos.

Serão observadas algumas etapas para a elaboração da pesquisa bibliográfica, como por exemplo, a seleção do fenômeno objeto da pesquisa e sua posterior delimitação; a identificação de obras; a compilação, consistente na reunião de material; o fichamento ou tomada de notas; a análise e interpretação do tema e, finalmente, a redação do texto, que será submetido às rigorosas revisões, correções e crítica, visando não só a correção de sintaxe, vocabulário, mas, principalmente, da disposição de ideias e apresentação de posições, teorias e esclarecimentos a serem feitas da forma mais adequada e satisfatória possível.

Salienta-se ainda que todos os procedimentos utilizados serão caracterizados pela precisão de ideias, clareza e concisão dos argumentos.

Destarte, buscar-se-á pesquisar o maior número possível de obras publicadas sobre o assunto, com o fim de se organizar as várias opiniões antepondo-as logicamente quando se apresentarem antagônicas, com vistas a harmonizar os pontos de vista existentes na mesma direção. Enfim, tal metodologia propõe apresentar, de maneira clara e didática, um panorama das várias posições existentes adotadas pelas doutrinas, jurisprudências dos Tribunais Pátrios, assim como em artigos publicados na internet.

Quando falamos em orçamento público, lembramos que é um instrumento que estabelece os mais importantes e fundamentais planos do planejamento governamental, na política e economia do Estado, que fixa os meios para que este possa realizar suas tarefas. O orçamento público tem como finalidade planejar o trabalho que um Governo pretende executar

no período de um ano, definindo como será programas, projetos e atividades, inserido no orçamento previsto.

Durante a elaboração das Leis Orçamentárias Anuais é prerrogativa do Poder Executivo, deve-se levar em consideração o PPA, e as diretrizes orçamentárias. Cabe ao Executivo planejar a estimativa de receitas e projeção de despesas por áreas como Educação, Saúde, Meio Ambiente e outros órgãos governamentais relacionados ao poder público. (FEDOZZI, 1997; FONSECA, 2009; PIRES, 2001, VIGLIO, 2004).

Dentro da Constituição vão ser definidos instrumentos de como elaborar um orçamento dentro dos municípios, estados e federal. Atribuindo também a ideia de que o poder público tem o controle das despesas estabelecidas dentro de cada órgão.

A Constituição de 1988 define três instrumentos integrados para a elaboração do orçamento, que visam o planejamento das ações do poder público, são eles: 1 – Plano Plurianual (PPA): prevê as despesas com programas, obras e serviços decorrentes que durem mais de um ano; 2 – Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO): a partir do PPA, define as metas e prioridades para o ano seguinte. A LDO define também as regras sobre mudanças nas leis de impostos, finanças e pessoal, além de estabelecer orientações de como elaborar o orçamento anual; 3 – Lei Orçamentária Anual (LOA): consiste no orçamento propriamente dito. Contém os programas, projetos e prioridades que contemplam as metas e prioridades estabelecidas na LDO, juntamente com os recursos necessários para o seu cumprimento (VIGLIO, 2004, p. 35-36).

É possível afirmar que se trata de uma tendência com amplos desígnios, contando com um experimento participativo. Orçamento Participativo é obrigatoriamente feito das reformas constitucionais que levam à constituição de conselhos gestores de política em diferentes níveis das estruturas de governo, favoráveis aos controles sociais da gestão pública representados por organizações civis com feitiço político.

Em meados década do século XX, o Brasil tornou-se uma referência evidente do debate internacional relacionado à reforma da democracia em função das novas experiências participativas, e com isso vem trazendo para dentro dos municípios uma nova visão de participação e transparência, fazendo que fique mais visível a forma de administrar os municípios, inserindo a participação povo nesse contexto, ou seja, mencionamos o processo democrático dentro dos municípios.

Para que possamos entender mais sobre a temática apresentada, precisamos entender o conceito básico de Orçamento Participativo. Ele abrange desde orçamento de um indivíduo, orçamento doméstico, privado e de uma entidade governamental.

E aquele que se faz no campo das Finanças Públicas, ramo da Ciência Econômica que “Trata da despesa e da renda dos poderes públicos, bem como da coordenação entre ambas...”. Trata-se, então, do orçamento público, que se define como sendo “a

previsão das quantias monetárias que, num período determinado, devem entrar e sair dos cofres públicos”, o “conjunto das contas que descrevem todos os recursos e todos os encargos do Estado para um dado período” ou, ainda, o “ato pelo qual são previstas e autorizadas às receitas e as despesas do Estado para um determinado período”. Pires (2001, p. 5).

A priori o Orçamento Participativo é um impulsionador que busca focar-se na busca da eficiência, transparência e efetividade das políticas públicas. Por isso, e de suma importância da gestão pública participativa, no contexto para uma nova forma de se ver o município, uma forma que contribui para a consolidação da democracia e para com a construção de condições de vida e de trabalho mais dignas nos municípios brasileiros a partir da intervenção pública com qualidade e transparência.

O orçamento público pode ser definido como sendo um plano que contém a indicação de objetivos e de meios financeiros para atingir tais objetivos, ao mesmo tempo em que é uma lei, um conjunto de decisões políticas com reflexos na vida econômica de uma ou mais esferas políticas.

Percebe-se facilmente que mesmo pertencendo a um município de pequeno porte, envolve questões tanto quanto ou mais difíceis de lidar do que os aspectos envolvidos nos orçamentos de uma grande empresa multinacional. Isso é dito para que seja possível salientar o caráter tecno-político, e não meramente técnico, do orçamento público. (Pires, 2001, p. 07).

Diante disso, entende-se que no campo das decisões coletivas, um conjunto de variáveis que envolvem o poder político interfere no processo de arrecadação e de colocação dos recursos. Compreende-se nisso que as decisões não podem ser efetuadas por indivíduos isolados ou pequenos grupos interessados, mas devem ser feitas com transparência e com decisões democráticas. A experiência da sociedade em participar das políticas públicas.

À sociedade no geral não tem o interesse para esses elevados aspectos e assuntos abordados, quando mencionamos os partidários ou partidos eleitorais, no direcionamento dos recursos públicos, resultados de tributação e da contribuição muitas vezes penosa de todos os segmentos da sociedade. Nesse sentido, é preciso que a capacidade política e jurídica daqueles que tomam decisões sobre os recursos públicos têm que ter representatividade.

Em resumo, o orçamento público, tal como elaborado e gerenciado nas democracias representativas contemporâneas, é formalmente democrático. E o será efetivamente se e somente se: 1. o sistema de representação funcionar a contento; 2. o aparato legal permitir a intervenção dos diversos representantes (do executivo e do legislativo) no processo decisório em torno das receitas e despesas; 3. os agentes concretos que. Nem sempre as situações são as consideradas ideais, mas é preciso exercer a democracia em sua plenitude e, assim, as experiências democráticas são válidas e serão cada vez

mais próximas do ideal desde que tenham um processo de avaliação adequado para analisar e repensar ações. (PIRES, 2001, p.33).

Os ventos democráticos, que começaram a soprar no Brasil no final dos anos setenta e início dos oitenta, trouxeram consigo um ímpeto participacionista bastante amplo, originado de setores sociais mobilizados e de grupos políticos que se consolidaram no bojo da luta contra a ditadura militar. Esta grita por maior influência dos cidadãos comuns sobre as decisões de Estado foi amplificada pela imprensa, agora livre das mordidas que lhe haviam sido impostas anteriormente.

No afã de diminuir o fosso que o regime autoritário havia cavado entre o governo e a sociedade civil, os setores sociais e grupos políticos que forjaram a democratização sempre colocaram entre as suas preocupações reclamos por direitos sociais e políticos cuja solução passava por posicionamentos e medidas a serem deliberadas e praticadas pelas diferentes esferas de governo.

Sob tal clima, não tardou que uma proposta de participação popular na gestão dos recursos públicos aparecesse como palavra de ordem, especialmente nos momentos de disputa eleitoral e nas ocasiões em que grupos tradicionalmente oposicionistas assumiam governos. Foi assim que o chamado Orçamento Participativo se tornou proposta corrente no cenário político brasileiro, nos anos oitenta, numa retomada, por alguns segmentos políticos, das tentativas municipais de planejamento participativo que se esboçaram em meados da década de setenta para o final da década seguinte. (Pires, 2001, p. 37-38).

De acordo com Pires (2001), quando falamos em “paternidade” do Orçamento Participativo, sempre atribuído ao Partido dos Trabalhadores, isso não corresponde à realidade, pois naquilo em que a proposta tem de fundamental, ou seja, a tomada de decisão sob os preceitos de democracia participativa, esse partido não foi pioneiro.

O planejamento participativo, do qual o Orçamento Participativo pode ser considerado uma derivação, foi defendida anteriormente por outros grupos políticos e agremiações partidária. A inovação petista consistiu em centralizar o planejamento participativo no horizonte de curto prazo e em utilizar a experiência como instrumento de gerência tanto de recursos materiais como de recursos de poder. Tal afirmação se tornará mais clara à medida que uma visão panorâmica, como a que se segue, da experiência brasileira de planejamento participativo, seja apresentada. (Pires, 2001, p. 41-42).

É importante mencionar também a característica de administração segundo a visão de Oliveira (1989), a história da Administração municipal brasileira apresenta mais exemplos de planos de governo esporádicos, elaborados e seguidos conforme o estilo de cada governante,

do que uma tradição de processo de planejamento sistemático, contínuo e com efetiva participação da população. As temáticas são inclusas quando falamos em Orçamento Participativo.

Até a década de 70, muitos municípios especialmente os considerados grandes e médios elaboraram planos diretores, com o auxílio de técnicos integrantes de seus quadros ou de consultores externos. Embora incluindo estudos da situação socioeconômica e administrativa local, esses planos eram voltados precipuamente para os problemas físicos da cidade, o controle de sua evolução e crescimento num prazo relativamente grande. Admite-se que esses planos aplicados com resultados positivos em países que atingiram nível relativamente estável de crescimento urbano não foram, de maneira geral, eficazes nas cidades brasileiras.

A outra experiência brasileira de planejamento municipal é mais recente e foi patrocinada principalmente pelo Serviço Federal de Habitação e Urbanismo planejamento integrado. Dentro dessa ótica de planejamento local (...), muitos municípios brasileiros adotaram planos e programas de desenvolvimento de longo prazo, com base nos estudos e levantamentos minuciosos, sobre problemas do próprio município e sobre seu relacionamento com a microrregião onde está situado, realizados por equipes de administradores e especialistas de diversos ramos. Grande parte desses planos não chegou a ser implantada e poucos tiveram repercussão expressiva na evolução dos municípios a que se destinavam.

Em meados dos anos 70, com o desenvolvimento dos movimentos sociais urbanos, passaram a circular, com frequência, notícias sobre experiências inovadoras e bem-sucedidas de governos municipais, baseadas na participação da comunidade nas decisões e na solução de problemas públicos. Surgiram, assim, formas de planejamento democrático, no nível municipal, apoiadas na consulta popular, que pressupunha a organização da comunidade e a vontade política de descentralizar o poder de decisão.

2.1.1 Brasil uma nova visão Democrática

Com as mudanças ocorridas na legislação brasileira a transparência das contas públicas e a participação democrática na determinação das aplicações dos investimentos públicos, há uma reviravolta positiva na sociedade brasileira, valorizando a posição do cidadão. Dessa forma fica mais fácil demonstrar os aspectos relacionados à ação participativa dentro dos municípios, observa-se nas menções dos autores Lavallo, Lavallo, Houtzager e Castello.

Segundo Laval, Houtzager e Castello (2006) no Brasil, a democracia sempre teve como referência os processos históricos e os acontecimentos dos Estados Unidos e da Europa e, agora, as reformas do processo democrático e o estabelecimento de novos horizontes passam a acontecer com base nas experiências locais, levando a comunidade intelectual e as lideranças políticas a valorizar o debate sobre democracia e participação.

Ou seja, notamos uma mudança acontecendo nesse contexto onde possamos inserir principalmente os aspectos participativos dentro da legislação. O cidadão é o beneficiador, pois o mesmo poderá ponderar-se desses privilégios garantidos ao longo tempo.

O Orçamento Participativo e o Poder Executivo precisam realizar reuniões de audiência pública para verificar, com os cidadãos, quais são as suas reivindicações e sugestões, para um melhor direcionamento dos recursos públicos. Desta forma, garante e promove a interação entre a população e os dirigentes municipais, o que pode resultar em uma distribuição mais equilibrada dos recursos públicos. Em seus principais elementos, destaca-se a participação democrática da população na elaboração do orçamento, uma valorização do cidadão.

De acordo com Sánchez (2002) nos dias atuais, a democracia participativa deu um novo entusiasmo à vida política, por diversas razões. Essas razões são até certo ponto díspares e levam a comunidade intelectual e as lideranças políticas de distintos matizes a valorizar o debate sobre participação e democracia.

De um lado, estão os tradicionais e envelhecidos argumentos da teoria democrática, que defendem a necessidade de complementar as instituições de democracia representativa com as de democracia participativa, ou seja, ressaltam-se o valor e a importância de integrar os dois tipos de instituição. Para isso, formulam-se argumentos novos e retomam-se outros já conhecidos, na linha dos clássicos do pensamento político moderno, como Rousseau, Locke, Hobbes, Federalistas e Tocquville. De outro lado, estão os representantes do pensamento marxista, a começar pelo próprio Marx (principalmente o jovem), que ajudam a repensar a noção de democracia participativa na formulação da teoria política que, mesmo buscando a destruição do Estado moderno, visa à criação de um paradigma da emancipação humana que incorpora especialmente o conceito de política e de uma nova institucionalidade semi, neo ou para estatal. (Sanches, 2002, p.09 e 10).

Dentro desse aspecto notamos a presença democrática sendo estabelecidas nas menções das contas públicas dentro dos municípios. Estabelecendo novos critérios para melhor atender a população e transmitir transparência durante os mandatos dos representantes públicos de cada município.

O instrumento de planejamento e controle dos recursos financeiros dos diversos níveis de governo promove seu uso na melhor forma e assegura a transparência de seu bom emprego, colocando e realizando previsões com base em informações presentes e passadas, considerando,

além disso, compromissos futuros, para que, com isto, possa ter um alcance que ultrapasse o momento presente, mas que seus efeitos possam ter reflexos mais duradouros.

Considera-se que, o Orçamento Participativo é um impulsionador de um município buscando a eficiência, transparência e efetividade das políticas e contas públicas. Nota-se que a importância da gestão pública participativa no percurso para um novo instrumento do municipalismo que é atribuído para a consolidação da democracia e para com a construção de condições de vida e de trabalho mais dignas nos municípios brasileiros a partir da intervenção pública com qualidade.

2.1.2 Histórico

As mudanças do Orçamento Tradicional para o Orçamento Participativo representam uma conquista dos poderes públicos quanto Executivo, Legislativo e Judiciário, em que a passagem para o orçamento democrático representa uma marca histórica dentro do contexto político.

O Orçamento Participativo representa mais um passo no sentido do aperfeiçoamento político. Nele, não somente os parlamentares devem participar das decisões sobre finanças e políticas públicas: a população organizada, a sociedade civil assume papel ativo, passa a ser agente e não mero paciente. Ocorre uma radicalização democrática. Nessa passagem, a democracia passa a ser encarada não só como meio para se atingir o fim da melhor alocação de recursos, mas também como fim em si mesma. Na arena em que se dá a disputa por recursos públicos escassos, os cidadãos exercem o seu direito e o seu dever de participação na definição dos rumos da ação governamental. A prática continuada da cogestão leva a que, de um lado, o governo vá paulatinamente abandonando a tentação de fazer valer o seu ponto de vista e, de outro lado, a população vai adquirindo visão de conjunto sobre a escassez de recursos e sobre a infinidade de demandas que se apresentam ao governo. (PIRES, 2001, p. 35 e 36).

Uma nova ideia sobre como se deve governar, tendo os órgãos públicos embasados no voto, o poder do voto é uma forma de propiciar a democracia, e o direito do cidadão em escolher seus governantes, ou seja, de exercer a democracia dentro municípios e de fornecer uma da busca de soluções para população, buscando meios e anexando-a ao processo democrático.

Numa democracia o povo escolhe o líder no qual confia. O escolhido diz então: "agora calem-se e obedeçam-me". Povo e partido deixam então de ter liberdade de interferir em sua atuação (...). Mais tarde o povo pode fazer o julgamento. Se o líder tiver cometido erros – à força com ele. (WEBER apud GERTH e MILLS, 1982, p. 58).

Quando falamos em voto, menciona-se que é uma forma atribuída ao povo de uma maneira geral, benefício este que, foi estabelecido como uma forma de garantir o bem comum, onde a população possa cobrar de seus representantes respostas de suas promessas durante a campanha política. Nesse contexto destaca-se o termo orçamento, que também é uma forma de garantir ao povo um benefício quando falamos em Orçamento Participativo.

Devemos compreender os termos mais utilizados quando se refere à palavra “**ORÇAMENTO**”. Deriva-se ao valor calculado da despesa (valor gasto) e da receita (valor arrecadado); detalhamento da receita e da aplicação dos recursos: orçamento de Estado.

Há uma diferenciação entre os termos de *Orçamento Participativo* e *Orçamento Democrático*. Nota-se uma menção entre os dois termos onde conseguimos visualizar a total diferença entre ambos.

O Orçamento Participativo não implica no abandono das metodologias do Orçamento Programa ou do Orçamento Democrático. Ele só não é compatível com o Orçamento Tradicional. Para adotar o Orçamento Participativo há necessidade de que sejam utilizadas as técnicas do Orçamento-Programa, a fim de que a linguagem dos fins acoplados a meios, configurando planos viáveis, sirvam de base para decisões e avaliações. Também não há motivo para abandonar a contribuição que o Orçamento Democrático oferece, de permitir maior participação do Legislativo sobre as decisões que envolvem definição de fontes e usos de recursos. Representantes do Legislativo e comunidade e setores organizados devem interagir no processo. (PIRES, 2001, p. 36).

Os termos apresentados não podem ser apenas provisórios, mas devem contribuir para criar condições favoráveis em longo prazo para que as instituições públicas e políticas possam servir de forma clara e objetiva a população de uma maneira geral trazendo benefícios.

O projeto de sociedade democrática do PT não se limita apenas à democratização da esfera política, mas também à democratização da vida econômica. Diz à resolução que o “socialismo que almejamos, por isso mesmo, só existirá com efetiva democracia econômica. Deverá organizar-se, portanto, a partir da propriedade social dos meios de produção. Propriedade social que não se confunde com propriedade estatal, gerida pelas formas (individual, cooperativa, estatal, etc.) que a própria sociedade democraticamente decidir. Democracia econômica que supere tanto a lógica perversa do mercado capitalista quanto o intolerável planejamento autocrático estatal de tantas economias ditas ‘socialistas’”. (SÁNCHEZ, 2001, p. 37).

O termo, propor “o novo” é um projeto em questão que toma como base nas experiências socialistas antigas mal sucedidas, deixando apenas uma ressalva quanto o “intolerável planejamento autocrático estatal de tantas econômicas ditas socialistas”. A oposição do mercado está sintonizada com a lógica partidária contrária ao capitalismo e a tudo que se liga a essa linha de pensamento, preferindo firmar-se em ilusão.

A sociedade necessita de contar com meios para valorizar os cidadãos comuns e garantir seus direitos perante a lei e estabelecendo também característica ao processo democrático dentro dos municípios. Pode-se caracterizar sobre os processos históricos pelo qual o Brasil vem passando desde o final da década de 1970, em virtude das alterações também da Constituição de 1988.

Os ventos democráticos, que começaram a soprar no Brasil no final dos anos setenta e início dos oitenta, trouxeram consigo um ímpeto participacionista bastante amplo, originado de setores sociais mobilizados e de grupos políticos que se consolidaram no bojo da luta contra a ditadura militar. Esta grita por maior influência dos cidadãos comuns sobre as decisões de Estado foi amplificada pela imprensa, agora livre das mordidas que lhe haviam sido impostas anteriormente. No afã de diminuir o fosso que o regime autoritário havia cavado entre o governo e a sociedade civil, os setores sociais e grupos políticos que forjaram a democratização sempre colocaram entre as suas preocupações reclamos por direitos sociais e políticos cuja solução passava por posicionamentos e medidas a serem deliberadas e praticadas pelas diferentes esferas de governo. Sob tal clima, não tardou que uma proposta de participação popular na gestão dos recursos públicos aparecesse como palavra de ordem, especialmente nos momentos de disputa eleitoral e nas ocasiões em que grupos tradicionalmente oposicionistas assumiam governos. Foi assim que o chamado Orçamento Participativo se tornou proposta corrente no cenário político brasileiro, nos anos oitenta, numa retomada, por alguns segmentos políticos, das tentativas municipais de planejamento participativo que se esboçaram em meados da década de setenta para o final da década seguinte. (PIRES, 2001, p. 37 e 38).

O termo Democracia devera-se de um governo voltado para o povo, onde a uma menção desse termo em quando relacionamos a prática democrática e o Orçamento Participativo dentro dos municípios. Dessa forma conseguimos demonstrar o que acontece dentro dos municípios e o que os governantes estão envolvidos.

Um regime democrático só está consolidado quando uma forte maioria da opinião pública acredita que os procedimentos e as instituições democráticas constituem o modo mais apropriado de governar a vida coletiva numa sociedade como a deles, e quando o apoio a alternativas anti-sistêmicas é pequeno ou isolado da atitude predominante entre as forças pró-democráticas (LINZ e STEPAN, 1996, p. 6).

As definições de democracia dos brasileiros são influenciadas por alguns valores da cultura política e por sua percepção a respeito do desempenho das instituições, mas chama a atenção que, incluídas nos modelos de análise, as variáveis de avaliação do desempenho da economia e do governo do dia não se mostrem importantes para explicar as respostas dos entrevistados.

Essas definições vão envolvendo as duas dimensões mais importantes do conceito de democracia, liberdades e procedimentos. São determinadas basicamente por valores e outros

fatores políticos, como a avaliação da situação da corrupção e das instituições em geral, a escolaridade e a influência das informações transmitidas pela mídia.

Sem a participação popular não há democracia, menos ainda cidadania, desenvolvimento da consciência de cidadão, consciência crítica e consciência política. A participação possibilita a conscientização e a formação de um sentido político e cultural, de ações e conquistas coletivas e têm a finalidade de superar as desigualdades sociais, políticas, culturais e econômicas. O autor afirma que a participação deve ser vista como um grande instrumento de acesso à cidadania. (BRANDÃO, 2005, p. 109).

Da perspectiva da abordagem da qualidade da democracia isso significa que, no Brasil, a democracia é vista sim como expressão de procedimentos institucionais a exemplo da participação em eleições através do voto, mas ao mesmo tempo como uma construção referida também a princípios e valores do regime, como as liberdades, que distinguem claramente o processo democrático das alternativas autoritárias. Mas estabelecendo uma nova visão para a entrada do Orçamento Participativo dentro dos municípios para melhor garantir estabilidade proposta pelos governantes.

“... participação aberta a todos os cidadãos sem nenhum status especial atribuído a qualquer organização inclusive as comunitárias; combinação de democracia direta e representativa, cuja dinâmica institucional atribui aos próprios participantes a definição das regras internas; e alocação dos recursos para investimentos baseada na combinação de critérios gerais e técnicos, ou seja, compatibilização das decisões e regras estabelecidas pelos participantes com as exigências técnicas e legais da ação governamental respeitando também os limites financeiros” (SANTOS, 2002, p. 66).

Na ocasião em que o planejamento participativo passou a ter algum destaque no país, contando com algumas experiências municipais, havia um ingrediente comum nessa conjuntura, que era a oposição à ditadura militar que se instaurou com o golpe de 1964 e. Também, a retomada do poder pelas forças democráticas. Pires (2001, p. 43) lembra que em tal contexto, dois ingredientes se constituíam em formidáveis obstáculos à manifestação popular, especialmente em torno de questões que envolviam recursos financeiros e materiais: inicialmente, o cerceamento das liberdades políticas individuais (mantida a ferro e fogo pela dura repressão) e a excessiva centralização do poder nas mãos da União, transformando o Município em um ente da federação com quase nenhuma expressão.

“superar o legado de clientelismo, corrupção e de alocação de recursos direcionada aos bairros de classe média e alta. O OP foi projetado para permitir que o governo interagisse com os segmentos ativos e organizados da sociedade civil de São Paulo, sem prejuízo da capacidade política e administrativa do governo na implementação desse esforço de ‘reconstrução’. O PT pretendeu usar São Paulo como ‘vitrine’ para demonstrar como podia gerenciar efetivamente uma estrutura

administrativa complexa, mobilizar os cidadãos e produzir resultados comprováveis em termos de políticas públicas” (WAMPLER, 2004 p. 373).

Num segundo momento, continuou o problema dos defeitos do federalismo no Brasil e a repressão, como obstáculo, foi substituído pela relativa falta de experiência governativa das oposições que assumiam prefeituras, tendo que sair da condição de pedra para vidraça, numa conjuntura econômica francamente desfavorável. As oposições, nessa ocasião, estavam congregadas em uma única agremiação – o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) que esteve à frente das experiências de planejamento participativo na primeira fase do período que inicia em meados da década de 70 até meados da década de 80.

Esse partido atuava incisivamente em uma oposição centrada na luta pelo resgate dos direitos políticos e da democracia. Portanto, se há uma paternidade do Orçamento Participativo, esta deve ser atribuída ao MDB, cabendo ao PT o batismo e o crescimento da ideia. Pires (2001, p. 43-44) ainda continua:

Enquanto o governo federal, nas mãos dos militares, centralizava e formava uma casta de burocratas para tomar decisões, o segmento progressista do MDB propunha e tentava praticar a descentralização e decidir juntamente com a população das cidades que governava. Praticado desta forma, nas mãos do antigo MDB e posteriormente PMDB, serviu para levar a cabo o enfrentamento ao regime militar.

A importância do MDB como partido era em nível nacional, contando com inúmeras prefeituras sob seu governo e, com isto, as estratégias municipais empregadas pelo partido eram vistas com interesse no cenário nacional. O Partido dos Trabalhadores, por sua vez, começou a reforçar a luta iniciada pelo MDB em 1982, ano em que disputa pela primeira vez uma eleição municipal. Portanto, a base do Orçamento Participativo é, sem dúvidas, da agremiação denominada Movimento Democrático Brasileiro, em seus movimentos e ações a partir de meados da década de 1970.

A ideia do Orçamento Participativo é retirar poder da elite burocrática e repassar diretamente à sociedade tornando uma gestão democrática e voltada para o bem comum, fazendo com que a sociedade civil assuma espaços e suas responsabilidades que anteriormente não lhes eram concedida. O processo orçamentário desenvolvido pelo OP é explicado por Sánchez (2002 p. 40-41):

Em primeiro lugar, é importante analisar em que setor o OP é desenvolvido nos governos. Ele é planejado e avaliado no gabinete do prefeito ou da prefeita, na Secretaria de Governo, na Secretaria de Planejamento, na Secretaria de Finanças ou

constitui uma Secretaria voltada para essa função específica (elaborar e acompanhar o OP).

É importante descrever a dinâmica do OP, o chamado ciclo do orçamento, que se renova anualmente e que organiza todo esse processo de participação. O processo começa em março, primeiramente com caráter informativo, em alguns casos com indicação de prioridades e escolha de representantes populares.

Orçamento público abrange diversos aspectos, tais como: o financeiro, econômico, contábil, jurídico, político, entre outros. As modificações ocorridas ao longo do tempo em tais funções orçamentárias influenciaram consideravelmente o conceito atual de orçamento. Em decorrência disso, o citado autor dividiu a evolução conceitual do orçamento público em duas fases: o orçamento tradicional e o orçamento moderno. Segundo este autor, no orçamento tradicional a função principal da peça orçamentária “foi a de possibilitar aos órgãos de representação um controle político sobre os Executivos” (GIACOMONI, 1996, p. 59).

Entre os meses abril e junho (ou julho), ocorrem às reuniões regionais e temáticas (quando existem discussões desse teor) para seleção de prioridades e eleição de representantes. Podem ocorrer reuniões intermediárias para confirmar as escolhas realizadas. Entre julho e setembro ocorre a etapa mais importante. É o momento da negociação entre Executivo e representante da população e entre regiões da cidade sobre a montagem da proposta orçamentária. Em geral, o processo se concentra no Orçamento Participativo.

“... participação aberta a todos os cidadãos sem nenhum status especial atribuído a qualquer organização inclusive as comunitárias; combinação de democracia direta e representativa, cuja dinâmica institucional atribui aos próprios participantes a definição das regras internas; e alocação dos recursos para investimentos baseada na combinação de critérios gerais e técnicos, ou seja, compatibilização das decisões e regras estabelecidas pelos participantes com as exigências técnicas e legais da ação governamental respeitando também os limites financeiros” (SANTOS, 2002, p. 66).

A importância do orçamento participativo próprio conselho do OP e considera a aplicação dos critérios distributivos de caráter geral e os critérios técnicos para avaliação das prioridades levantadas pela população.

O encaminhamento da proposta orçamentária para a Câmara Municipal configura a última etapa de tramitação no Legislativo. Esse momento é fundamental por ser realizado um primeiro teste do compromisso do governo e da coalizão política que o sustenta em relação ao OP e ao Plano de Investimento por eles votado.

3 MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

Os métodos utilizados nessa pesquisa serão feitos redirecionados a especialização, na temática trabalhada. Introduzindo as pesquisas feitas de acordo com os assuntos redirecionados ao Orçamento Participativo dentro dos municípios, e também para o fortalecimento como pesquisador embasando os assuntos questionados nos próximos tópicos. A análise documental, obras de referência, dentre elas, livros, periódicos, artigos publicados em jornal, sempre priorizando literatura recente que aborda o tema. Foram feitas consultas em sites, utilizando a base de dados de varias bibliotecas digitais.

Quando se questiona em qualidade de vida temos muitos aspectos subjetivos, pois existem elementos envolvidos nos âmbitos da sociedade que muitas vezes tem necessidades distintas. Por conta dessa subjetividade é de é importante analisar itens que sejam comuns entre eles para não prejudicar a pesquisa. A natureza foi de cunho de pesquisa, quanto à natureza a pesquisa foi classificada como qualitativa por se tratar de uma análise profunda dos fatos.

Segundo Martins e Theóphilo (2009) é classificada como pesquisa qualitativa ou naturalística aquela que irá dedicar-se ao um estudo das ciências humanas e sociais mantendo um contato direto com o tema que será abordado. Cervo, Bervian e Silva apresentam a seguinte definição para pesquisa qualitativa:

Aos fatos humanos e sociais, por serem essencialmente qualitativos, não são aplicáveis os processos de quantificação (pesar e medir). Embora sejam generalizadas as relações descobertas em amostras particulares, deve-se sempre ter em mente que os homens, em tese, mesmo sendo iguais, agem, pensam e se organizam socialmente de formas diferenciadas. (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007).

Relacionado à abordagem do problema, o estudo é classificado como qualitativo. Silva e Menezes (2001) considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. É descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem.

3.1 Tipo e descrição geral da pesquisa

Essa pesquisa tem como objetivo trazer uma abordagem qualitativa e coleta de dados a partir dos referenciais teóricos. A partir desses meus estudos, surgiu a percepção de que o conhecimento do Orçamento Participativo exija uma aproximação mais quando nos tratamos das referências bibliográficas. Passei a analisar diversos documentos observei a oportunidade de sistematizar meus estudos e os resultados deles por meio de uma pesquisa em um curso de pós-graduação latu senso que poderia tornar mais sólida minhas conclusões sobre essa temática.

3.2 Caracterização dos instrumentos de pesquisa

O tema proposto pelo Orçamento Participativo dentro dos municípios como forma e aprimoramento O Orçamento Participativo compreende uma somatória de experiências realizadas anteriormente e que culminaram, em 1989, com essa denominação, compreendendo o aprimoramento de uma ideia inicial tanto em termos de projeto quanto de funcionamento. Através dessa análise notamos que foi estabelecida uma compreensão melhor do que é Orçamento Participativo dentro dos municípios estabelecendo uma melhor feição desse assunto que é uma temática importante.

Este trabalho foi embasado em pesquisas bibliográficas, onde se menciona diversos autores que debatem a ideia de orçamento participativo e o contexto democrático. A uma preocupação em destacar as principais características para melhor compreensão do leitor. Destacamos as análises de dados nas obras propostas.

3.3 Procedimentos de coleta e de análise de dados

A coleta de dados foi estabelecida durante o período do curso onde de uma forma gratificante estabelecer uma pesquisa bibliográfica onde pude construir o trabalho acima desses dados coletados. Entender como é o processo de Orçamento Participativo dentro de um município, quais benefícios utilizados para se obter melhor essa análise. Foi utilizado referencias bibliográficas de diversos autores que citam o orçamento participativo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O mundo atual é repleto de mudanças. Os governos têm como objetivo principal, acompanhar as transformações pelas quais passa a sociedade. Assim, não é preciso que um governo tenha o rótulo, mas é preciso que esteja atuando em benefício com as necessidades atuais que seu município necessita.

O cidadão brasileiro teve como benefício primordial na luta dos seus direitos e de sua cidadania valorizada, com o restabelecimento da democracia no Brasil, país este que rege uma Constituição Federal de 1988, mais conhecida como a “Constituição Cidadã”, ou seja, uma Constituição de governo para o povo e com o povo.

Na economia brasileira, apesar do discurso político-partidário do Partido dos Trabalhadores, continua sendo regida pelo mercado, com as mesmas falhas que apontavam anteriormente, mas que hoje fingem não perceber.

O Brasil é um país com problemas relacionados ao meio político que começou a se delinear como nação desde o início de seu descobrimento, período este chamado de colonização pelos portugueses, após sua independência em 07 de setembro de 1822, passando pela próxima etapa chamada de monarquia, e em seguida a implantação de uma República em 1889, estabelecendo assim a valorização de uma Constituição, a primeira da história do Brasil.

Certamente que, desde a estabilização da economia nacional, com o Plano Real, a economia como um todo melhorou. Os percalços sofridos nos últimos anos do século passado decorreram da situação internacional, de crises inesperadas.

A melhora perceptível da situação econômica nacional, dos últimos anos, também tem sua ligação internacional. Durante alguns anos a situação econômica das maiores economias manteve-se em crescimento estabilizado, até ocorrer à crise pela qual ainda se está vivendo.

Entretanto, é inegável que efeitos positivos da situação internacional ainda influenciam a economia nacional. O país ainda se mantém atrativo aos investimentos internacionais e, espera-se, deverá continuar por um bom tempo. Logo nos primeiros anos depois do final da ditadura militar, nem governos e nem a população sabia lidar com a liberdade política recém-adquirida. A população não participava das decisões que mais lhe afetavam.

O princípio norteador do Orçamento Público tem sido o §1º do artigo 74 da Constituição Federal de 1988, o qual determina que “a lei estabelecerá as diretrizes e bases do planejamento e desenvolvimento nacional equilibrado, o qual incorporará e compatibilizará os planos nacionais e regionais de desenvolvimento”. Para operacionalizar a demanda constitucional pelo

planejamento formulado na Carta Magna, a Constituição designou os dispositivos legais para a execução do orçamento público, a saber:

O Plano Plurianual (PPA) que estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas para a administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada; Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que orientará a elaboração orçamentária, compreendendo as prioridades e metas em consonância com o PPA, porém, se referindo apenas ao exercício financeiro subsequente. Também deverá dispor sobre as alterações na legislação tributária, além de estabelecer a política das agências financeiras oficiais de fomento; A Lei Orçamentária Anual (LOA) que compreende o orçamento fiscal, o orçamento da seguridade social e o orçamento de investimento das estatais (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988, artigo, 74).

O Orçamento Participativo tem grande relevância no sentido de aproximar o cidadão dos centros de decisão, que mais os mais chamam a atenção principalmente em escala municipal, pois o governo dos municípios lida diretamente com os interesses das pessoas e do bem comum.

A priori, procurou-se demonstrar inicialmente as mutações sofridas pelo Estado até adquirir a sua atual forma democrática, permeando discussões através das concepções patrimonialista, burocrática e gerencial do Estado administrativista. Este passou de um Estado clientelista, progrediu para um Estado centralizador que preocupava-se com a organização interna da máquina administrativa, chegando, por fim, ao Estado democrático de direito, gerenciado pela participação conjunta entre Estado, governo municipal e sociedade.

Os movimentos de participação popular defendem que o objetivo principal é compartilhar e distribuir o poder, implícito na ideia (sic) mesma de participação. A uma necessidade da participação da população, e que também discuta juntamente com a administração pública sobre as questões políticas, bem como sobre a implantação de políticas públicas que venham a ser eficazes na solução dos problemas sociais. (BENTO, 2003, p. 222).

Posteriormente, demonstrou-se o orçamento público como uma inovação democrática, uma vez que passa a introduzir a gestão participativa na sua elaboração, isto é, o orçamento participativo. Hodiernamente, constatou-se que o conceito de orçamento passa a ser entendido como uma lei em sentido formal que contém a fixação de receitas e despesas para a execução dos serviços públicos, possuindo um caráter redistributivo, visando com isso fazer uma melhor distribuição dos recursos públicos.

Refere-se a um movimento que se aproxima dos cidadãos quando mencionamos a questão de tomada de decisão, fazendo com que essas decisões lhes sejam mais favoráveis e de

benefício comum voltado para a sociedade de uma maneira geral, mas com atribuições relacionadas ao Orçamento Participativo estabelecido em todas as regiões do Brasil.

5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Nesse sentido, o Orçamento Participativo deve promover uma forma de governo que atenda a todos os anseios sociais estabelecendo políticas públicas voltadas à sociedade, sem interferência em interesses que não sejam os da coletividade. Um governo justo e transparente relacionado aos atos públicos e a comunidade municipal em geral.

A principal riqueza do Orçamento Participativo é a democratização da relação do Estado com a sociedade. Esta experiência rompe com a visão tradicional da política, em que o cidadão encerra a sua participação política no ato de votar, e os governantes eleitos podem fazer o que bem entenderem, por meios de políticas tecnocráticas ou populistas e clientelistas. O cidadão deixa de ser um simples coadjuvante da política tradicional para ser protagonista ativo da gestão pública. (GENRO; SOUZA, 1997).

No tocante à boa governança no setor público observou-se que se encontra pautada na eficiência, eficácia e efetividade dos serviços públicos, sendo uma administração voltada para o cidadão. Por fim, verificou-se a interdependência existente entre Estado, sociedade e governo municipal, onde estes se auxiliam mutuamente para a efetivação de uma boa governança, reafirmando constantemente a democracia participativa no Estado democrático.

Conclui-se, então, que o orçamento participativo constitui um importante instrumento de inclusão da deliberação popular nas decisões públicas, de consolidação da governança pública e, portanto, de reafirmação da democracia no atual estágio de gestão da Administração Pública, mais também é preciso que os gestores públicos conscientizem melhor a população da importância de suas participações nas audiências públicas de elaboração do orçamento.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Sérgio e MARES GUIA, Virginia Rennó. **“Orçamento Participativo e comportamento eleitoral da população de Belo Horizonte”**. IN: Orçamento participativo: construindo a democracia. Org: AZEVEDO, Sergio e FERNANDES, Rodrigo Barros. Rio de Janeiro, 2005.

BRANDÃO, Elias Canuto. **Avanços, limites e desafios da participação popular no Orçamento Participativo: o estudo do caso do OP de Maringá/PR**. Tese (Doutorado em Sociologia), Araraquara, 2005.

BRASIL. Constituição de 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, Senado, 1988.

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A.; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

FEDOZZI, Luciano. **Orçamento Participativo: reflexões sobre a experiência de Porto Alegre**. Rio de Janeiro, 2001.

FONSECA, Jumária Fernandes Ribeiro. **O Orçamento Participativo e a Gestão Democrática de Goiânia**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Planejamento Territorial da Universidade Católica de Goiás. Goiânia, 2009.

GERTH, Hans H. & MILLS, C. Wright. 1982. **"Introdução: o homem e sua obra"**. In: WEBER, Max. Ensaio de sociologia. 5ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara.

GENRO, Tarso; SOUZA, Ubiratan de. **Orçamento Participativo: A experiência de Porto Alegre**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997.

GOODIN, Robert E. (Org.). The theory of institutional design. Cambridge University Press, 1996. In: PIRES, Roberto Rocha Coelho. **Orçamento participativo e Planejamento municipal: Uma análise neoinstitucional a partir do caso da Prefeitura de Belo Horizonte**. Belo Horizonte, 2001. Disponível em: <<http://www.democraciaparticipativa.org/files/RobertoPires.pdf>>. Acesso em: 05 abr. 2019.

LINZ, J. J. and STEPAN, A. **Problems of Democratic Transition and Consolidation**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1996.

PIRES, Valdemir. **Orçamento Participativo: o que é, para que serve, como se faz**. Barueri-SP : Ed. Manole, 2001.

SÁNCHEZ, Félix. **Orçamento Participativo: teoria e prática**. São Paulo : Cortez, 2002.

SANTOS, Boaventura de Souza. **“Orçamento Participativo em Porto Alegre: para uma democracia redistributiva”**. IN: Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa. Org: SANTOS. Rio de Janeiro, 2002.

VIGLIO, José Eduardo. **Avaliação da experiência do Orçamento Participativo numa cidade média: o caso de Jaboticabal** – SP. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana). Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia da Universidade Federal de São Carlos. São Carlos-SP, 2004.

WAMPLER, Brian. **“Instituições, associações e interesses no orçamento participativo de São Paulo”**. IN: A participação em São Paulo. Org: AVRITZER, Leonardo. São Paulo, 2004.